



PROJETO DE LEI Nº ____/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de ressarcimento, por parte de condenados por crimes de natureza sexual praticados contra crianças, adolescentes e demais vítimas, dos custos decorrentes de atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) estadual e demais despesas assistenciais, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Estado de Alagoas, a obrigação de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde Estadual (SUS/AL) e aos órgãos públicos de assistência social e psicológica dos custos decorrentes de atendimentos prestados as vítimas de crimes sexuais, quando houver condenação transitada em julgado do agressor.

Art. 2° O ressarcimento de que trata o art. 1° compreende, entre outros:

I – despesas médicas, hospitalares, farmacêuticas e laboratoriais;

II – atendimentos psicológicos e psiquiátricos;

 III – serviços de assistência social prestados por órgãos estaduais ou municipais conveniados;

IV – custos de reabilitação física ou psicossocial da vítima, quando comprovados.

Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas - **Gabinete do Deputado Lelo Maia** Praça Dom Pedro II, S/N – Centro, Maceió/AL - dep.lelomaia@al.al.leg.br



Art. 3º O valor a ser ressarcido será apurado administrativamente pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) e demais órgãos envolvidos, mediante relatório técnico das despesas, e encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

Art. 4º O ressarcimento não exclui a obrigação de indenizar a vítima diretamente pelos danos morais e materiais sofridos, conforme decisão judicial.

Art. 5° Fica criado o Centro Integrado de proteção à criança e ao adolescente, que terá como fontes de custeio:

I – os valores recolhidos a título de ressarcimento previstos nesta Lei;

II – doações e repasses voluntários;

III – dotações orçamentárias específicas.

Parágrafo único. O Centro Integrado será gerido de forma interinstitucional por representantes da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas (SSPAL).

Art. 6° Os recursos do Centro Integrado serão destinados prioritariamente ao custeio de programas de atendimento psicossocial às vítimas, capacitação da rede de proteção e campanhas educativas de prevenção à violência sexual.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, definindo procedimentos complementares para a sua execução.





Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS	SESSÕES	DA ASSEMBLEIA	LEGISLATIVA	DE ALAGOAS,	em
Maceió,	de	de 2025.			
		A			

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa assegurar que os autores de crimes de violência sexual, estupro, pedofilia e correlatos assumam não apenas a responsabilidade penal, mas também o ônus financeiro decorrente dos danos causados às vítimas e ao sistema público de saúde.

Trata-se de medida que fortalece a responsabilização integral do agressor, protege a dignidade da vítima e alivia o impacto econômico sobre toda a sociedade civil alagoana, que atualmente suporta sozinha os custos desses crimes.

A proposta encontra amparo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1°, III, da CRFB/88), da proteção integral à criança e ao adolescente (art. 227, §1°, II, da CRFB/88) e do dever de reparação integral do dano (art. 5°, V e X, da CRFB/88) e da Lei n° 8.069/90.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS, em Maceió, ____ de ____ de 2025.

Lelo Maia

Deputado Estadual